



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS**

SUBCOMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

CAMPUS MURIAÉ

**RELATÓRIO FINAL DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL CAMPUS MURIAÉ**

ANO 2017



RELATÓRIO FINAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS MURIAÉ

1 – DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS MURIAÉ

Caracterização de IES: Instituição Pública Federal de Ensino

Estado: Minas Gerais

Município: Muriaé

Composição: SUBCOMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – SPA - Muriaé		
Luciano de Paula Moraes	Docente	
Diego Rossi	Docente	Vice-Coordenador
Paulo Vinícius Moreira Dutra	Docente	
Anderson Novais Soares	Técnico Administrativo em Educação	
Marcos Reis de Souza	Técnico Administrativo em Educação	
Rodrigo de Oliveira Almeida	Técnico Administrativo em Educação	Coordenador
Maria Eduarda Souza Mingardi	Discente	
Amanda Lessa da Costa	Discente	
Glauber Soares Júnior	Discente	

2 - INTRODUÇÃO - APRESENTAÇÃO DO CAMPUS MURIAÉ

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba em parceria com a Prefeitura Municipal de Muriaé - MG apresentou em 2007 o Projeto Técnico-Administrativo para a Criação e Implantação da Unidade Descentralizada de Ensino de Muriaé do CEFET-Rio Pomba. O referido projeto estabelecia as condições necessárias e suficientes para a criação, concepção, construção e/ou reforma, implantação e funcionamento da Unidade de Ensino, considerando-se a experiência deste Centro Federal no oferecimento de Educação Profissional em todos os níveis.

O Projeto de Implantação da Unidade Descentralizada de Ensino de Muriaé do CEFET-Rio Pomba justificou-se mediante as seguintes

considerações:

- A intenção do Governo Brasileiro na ampliação da oferta de vagas para o segmento da Educação Profissional como um dos pontos estratégicos do “Pacto pela Valorização da Educação Profissional e Tecnológica” para o desenvolvimento do País;
- O manifestado interesse da comunidade da Microrregião de Muriaé, congregando aproximadamente 300.000 pessoas, que acrescida da Região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro passa a totalizar aproximadamente 500.000 pessoas, que serão beneficiados diretamente e/ou indiretamente pelo Projeto;
- O Plano Decenal Municipal de Educação de Muriaé e dos demais municípios da microrregião apresentam diagnóstico do Sistema Educacional do Município e da microrregião, fixam os objetivos e metas pra todos os níveis da educação e representam a manifestação dos anseios dos cidadãos e da sociedade civil por si só justificam a execução do Projeto;
- O igual interesse na implantação da Unidade de Ensino Descentralizada por parte da Direção Geral do CEFET-Rio Pomba já manifestada junto às entidades e lideranças locais, uma vez atendidas às condições estabelecidas no Projeto;
- A possibilidade de expansão da atuação do CEFET-Rio Pomba, conforme preconiza seu Plano de Desenvolvimento Institucional, estabelecendo um novo polo educacional focado no segmento da educação profissional voltada às necessidades de desenvolvimento regional;
- A experiência do CEFET-Rio Pomba na implantação de cursos de educação profissional, envolvendo a estruturação de cursos técnicos integrados, concomitantes ou subsequentes ao ensino médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e bacharelados, cursos de formação inicial ou continuada de trabalhadores em diversos municípios em convênio com entidades públicas e privadas; a condução e conclusão dos processos de aquisição da infraestrutura didático-

pedagógica e administrativa; a contratação e treinamento de servidores técnico-administrativos e docentes e o desenvolvimento dos processos seletivos aos alunos candidatos aos cursos implantados;

- A necessidade de formação de profissionais que atendam à demanda do setor produtivo da Microrregião apoiando a economia regional com a implantação de cursos técnicos de nível médio e superiores nas áreas estabelecidas, resultado de estudos socioeconômicos, e que sejam indutores do desenvolvimento econômico e social;
- Os benefícios para toda região decorrentes da futura implantação desta Unidade Federal de Ensino, principalmente com a possibilidade do CEFET-Rio Pomba de ampliar das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como na captação de recursos junto aos órgãos de fomento à pesquisa e aos programas governamentais disponíveis nos diversos órgãos de fomento regional;
- O apoio ao segmento empresarial regional pelo desenvolvimento de projetos cooperativos, consultorias e serviços tecnológicos prestados com a competência técnica do quadro de servidores deste Centro Federal e da futura Unidade Descentralizada;
- O desenvolvimento de projetos técnicos para a solução de problemas regionais através dos trabalhos de estágio dos discentes como atividade curricular de conclusão dos Cursos.

Como premissas para a definição das áreas de atuação dos cursos técnicos de nível médio e superiores de tecnologia na futura Unidade, os seguintes indicadores foram considerados:

- Perfil econômico e social do Município de Muriaé e da microrregião – dados socioeconômicos, de população e as principais atividades agropecuárias, industriais e comerciais;
- Perfil educacional do Município de Muriaé e da microrregião – quantitativos de alunos matriculados nos dois segmentos da Educação Básica, nos Cursos Técnicos Profissionais e nos Cursos Superiores, na necessidade de escolarização e profissionalização de jovens e adultos, número de estabelecimentos de ensino e áreas de formação;

- Estudos do mercado de trabalho como subsídios para traçar um perfil da estrutura produtiva e caracterizar a estrutura ocupacional da Microrregião, focalizando questões relativas à demanda por mão de obra em seus diversos níveis como norteador para a formulação das Matrizes Curriculares. Para tanto, foram realizadas duas pesquisas metodologicamente distintas. A primeira visou caracterizar as atividades industriais e do setor de serviços por meio de pesquisa direta nos estabelecimentos, buscando levantar informações sobre a demanda por mão de obra, aspectos relativos à inovação tecnológica, à localização industrial, à gestão da produção e terceirização, além de faturamento, pessoal ocupado, requisitos para a contratação, origem e composição do capital, dentre outros. A segunda foi o Dimensionamento da Demanda de Mão de Obra Agrícola, através de levantamento qualitativo: entrevistas com interlocutores qualificados e ancorados em fontes secundárias, apontando as principais transformações ocorridas na estrutura ocupacional e produtiva do campo, buscando, também, identificar novas atividades produtivas e ocupações implantadas no campo. Finalmente foram também realizadas pesquisas por meio de mala direta junto a estudantes do segundo segmento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para caracterizar áreas de interesse;
- Oferta de Cursos de Qualificação, Técnicos de Nível Médio e Superiores em instituições públicas e/ou privadas;
- Competência e experiência institucional na implantação de cursos.

Com base nas premissas relatadas, no cruzamento dos dados pesquisados e nos resultados obtidos chegou-se aos quatro grandes eixos produtivos:

- 1 – produção agroindustrial;
- 2 – produção de moda;
- 3 – produção de peixes ornamentais;
- 4 – cafeicultura.

Ainda em 2007, o governo federal inicia as articulações para a criação dos Institutos Federais, que tornou-se realidade com a aprovação da Lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008.

Em setembro de 2009, já na iminência da aprovação da lei de criação dos Institutos Federais, o diretor-geral do CEFET-Rio Pomba, professor Mário Sérgio Costa Vieira, nomeou a professora Brasilina Elisete Reis de Oliveira Diretora-Geral Pró-Tempore. A partir daí, iniciaram-se os projetos para funcionamento do campus Muriaé e, hoje, ele conta com unidades urbana e rural, que dão infraestrutura à oferta de cursos com diferentes perfis.

3 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A avaliação institucional interna (autoavaliação) está inserida no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que, instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem entre suas finalidades a melhoria da qualidade da educação superior e a expansão da sua oferta. De acordo com o disposto no inciso VIII do Art. 3º, da Lei do Sinaes, o “planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional” devem ser considerados nas ações de avaliação e de desenvolvimento institucional. Ainda no Art. 3º, § 2º, define-se que “para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa in loco”.

A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos aqueles que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

De acordo com a Nota Técnica INEP/DAEs/CONAES 065, de 09 de outubro de 2014 – Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional, a partir

do ano de referência de 2015 o Relatório de Autoavaliação será submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Nos 2 primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral, conforme segue:

- Até 31 de março de 2016 – 1º relatório parcial;
- Até 31 de março de 2017 – 2º relatório parcial;
- Até 31 de março de 2018 – relatório integral.

Os dados e indicadores levantados e analisados pela SPA – Muriaé, em cada dimensão relacionada abaixo são baseados em questionários disponibilizados para os 69 Docentes (separando os dados referentes aos docentes dos cursos de Graduação em Administração - 14; e Tecnólogo em Design de Moda - 8), 56 Técnicos Administrativos, 160 discentes do curso de Administração e 70 discentes do curso Tecnólogo em Design de Moda, com matrículas ativas no ano de 2017. A aplicação dos questionários de avaliação foi realizada durante o período compreendido entre 01 a 14 de fevereiro de 2018, através da ferramenta *Google Forms* (após decisão na reunião da CPA do dia 07/12/2016, para a utilização desta ferramenta e não o programa *Line Survey*). O procedimento adotado foi encaminhar por e-mail o link (endereço de acesso via internet) do questionário para os e-mails dos docentes, técnicos administrativos e discentes (e-mails coletados por extração dos dados no sistema acadêmico e em salas de aula pelos coordenadores de curso dos e-mails que retornaram após o envio). A divulgação da pesquisa pela SPA foi realizada por intermédio dos coordenadores dos cursos e dos técnicos administrativos (membros da SPA), assim como por meio do site da instituição e grupo de Whatsapp, ressaltando a importância da participação na pesquisa para o Campus Muriaé e para Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais).

No total, 108 pessoas responderam a pesquisa, sendo 11 docentes do curso de Graduação em Administração (78,6%), 3 docentes do curso Tecnólogo em Design de Moda (37,5%), 24 técnicos administrativos (42,9%), 51 discentes do curso de Graduação em Administração (31,9%) e 19 discentes do curso Tecnólogo em Design de Moda (27,1%).

A seguir serão apresentados os resultados obtidos, estando este

previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

3.1 – A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

O PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional representa uma importante ferramenta de planejamento e gestão, que possibilita alinhar as ações estratégicas às metas e aos objetivos pretendidos, propiciando o desenvolvimento e integração da organização. Ele permite que as decisões sejam tomadas com base nas oportunidades, potencialidades e nas limitações institucionais, viabilizando o alcance e melhores resultados.

A missão institucional é promover educação básica, profissional e superior, pública, de caráter científico, técnico e tecnológico, inclusiva e de qualidade, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral e contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade regional.

Assim, a visão do Instituto é consolidar-se no horizonte de cinco anos, como referência em Educação profissional e tecnológica, formação docente, produção e compartilhamento de tecnologias e conhecimento focados na sustentabilidade.

No ano de 2017, a Avaliação Institucional abrangeu os Eixos 1 e 2 estabelecidos pelo INEP, de acordo com o SINAES, que referem-se, respectivamente, a Planejamento e Avaliação Institucional e Desenvolvimento Institucional.

Em relação ao Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional, atende-se à dimensão: 1 – Planejamento e Avaliação.

Em relação ao Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional, atende-se às dimensões: 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; 3 – Responsabilidade social da Instituição.

De acordo com o PDI, são estes os objetivos, metas e indicadores para Planejamento e Avaliação Institucional:

Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional

O processo de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional do IF Sudeste MG tem por objetivo garantir, de forma ampla e permanente, a melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão, observando, sempre, a necessária adequação e otimização da sua infraestrutura, a contínua capacitação de seus servidores e a modernização da tecnologia educacional, condições imprescindíveis para a formação integral dos nossos discentes e para o fortalecimento do desenvolvimento e sustentabilidade regional.

Nesse contexto, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional –PDI, muito mais que a obrigatoriedade exigida por lei, representa um grande desafio: o planejamento. Diferentemente de um Plano de Gestão elaborado para o mandato de um Diretor/Reitor eleito, o PDI deve focar questões estratégicas a partir de princípios e fundamentos institucionais determinados pela comunidade acadêmica. Daí a necessidade de se propiciar a discussão institucional quando da sua elaboração, promovendo uma análise situacional e definindo coletivamente os objetivos e metas a serem atingidos. Para tanto, adotar a cultura do planejamento é fundamental, na medida em que se definem prazos, indicadores e os responsáveis por administrar e conciliar as ações necessárias para se cumprir o planejado.

Quanto à autoavaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação –CPA, é uma atividade que consiste em um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, cujo objetivo é identificar o perfil da instituição e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, observados os princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e as singularidades do IF Sudeste MG.

Projeto de Avaliação e Acompanhamento das atividades acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão, Planejamento e Gestão

A elaboração do PDI concentrou esforços no sentido de proporcionar uma maior integração da comunidade do IF Sudeste MG, de

forma que todos conheçam e percebam a importância da nossa Missão e Visão de Futuro para os próximos anos. Sua construção foi realizada de forma cooperativa, de modo a obter opiniões planejamentos das comunidades de todos os câmpus que compõem a instituição.

Sua organização foi orientada pelo documento “PDI como instrumento de Gestão: Orientações para Elaboração” (FDI-CONIF) e seu conteúdo embasado na legislação vigente, entre as quais a LDB 9.394/96 e Lei 10.861/04 contemplando, assim, as 10 dimensões especificadas no SINAES:

- Missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e extensão;
- Responsabilidade social da instituição;
- Comunicação com a sociedade;
- Política de pessoal;
- Organização e gestão da instituição;
- Infraestrutura física;
- Planejamento e avaliação;
- Políticas de atendimento aos estudantes;
- Sustentabilidade financeira.

A metodologia adotada teve como foco as dimensões acima citadas e trouxe para reflexão e avaliação do IF Sudeste MG os diferentes olhares e sugestões da comunidade acadêmica através das seguintes etapas:

- Sensibilização dos segmentos docentes, discentes e técnicos administrativos em educação;
- Diagnóstico;
- Tabulação de Dados / Análise dos Resultados
- Planejamento Estratégico / Planos de Ação

A partir da análise ambiental desenvolvida com a comunidade acadêmica, durante o planejamento estratégico, foram organizados grupos de discussão divididos em oito eixos temáticos:

- Equilíbrio Econômico-Financeiro;
- Excelência Acadêmica;
- Pesquisa e Inovação;
- Expansão, Infraestrutura e Desenvolvimento Institucional;
- Gestão de Pessoas;
- Gestão Democrática Participativa e Integradora;
- Olhar para os Discentes;
- Política de Relacionamento com a Sociedade–Extensão.

Dos trabalhos desenvolvidos por esses grupos resultou a descrição dos Objetivos e Metas, instrumentos quantitativos e qualitativos, que deverão ser alcançados no período 2014/2-2019. Com esses instrumentos, a instituição terá seus Planos de Ações, nos quais se definem os prazos e as equipes responsáveis para a coordenação, acompanhamento e realização das ações necessárias para o Desenvolvimento Institucional. A coordenação das coletas de informações dos responsáveis pelo acompanhamento dos planos de ação será de responsabilidade da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional e dos Diretores de Desenvolvimento Institucional, os quais produzirão relatórios de acompanhamento das ações.

Formas de participação da comunidade, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA

A CPA, enquanto órgão responsável pela coordenação e articulação do processo de autoavaliação, busca difundir a cultura da avaliação permanente, como atividade de autoconhecimento.

Com atuação autônoma e, portanto, independente em relação à organização administrativa do IF SudesteMG, a CPA é constituída por membros eleitos pela comunidade escolar, oriundos das Subcomissões Próprias de Avaliação – SPAs que se formam em cada um dos câmpus existentes, a saber:

- I - 1 (um) docente de cada campus, indicado pelos seus pares,

integrantes

das subcomissões, cujo nome será encaminhado à CPA pelo presidente desta;

II – 1 (um) técnico-administrativo de cada campus, indicado pelos seus pares, integrantes das subcomissões, cujo nome será encaminhado à CPA pelo presidente desta;

III – 1 (um) discente de cada campus, indicado pelos seus pares, integrantes das subcomissões, cujo nome será encaminhado à CPA pelo presidente desta;

IV – 1 (um) representante da sociedade civil organizada, indicado pelos seus pares, integrantes das subcomissões, cujo nome será encaminhado à CPA pelo presidente desta.

Já as Subcomissões (SPA) de cada câmpus são compostas de:

I - 3 (três) docentes, eleitos pelos seus pares;

II – 3 (três) técnico-administrativos, eleitos pelos seus pares;

III – 3 (três) discentes, indicados pelo órgão de representação estudantil;

IV – até 3 (três) representantes da sociedade civil organizada, indicados pelo(a) diretor(a) geral do câmpus.

Nessa configuração multicâmpus, a CPA e, conseqüentemente, as SPAs, contam com a representatividade de todos os segmentos da comunidade acadêmica e membros convidados da sociedade civil organizada o que lhes permitem promover uma avaliação interna isenta e transparente, diversificada, global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais de seus órgãos.

O processo de autoavaliação é executado em todos os câmpus que oferecem cursos de graduação por meio de questionários aplicados aos segmentos docente, discente e de técnicos-administrativos que compõem a comunidade acadêmica de ensino de graduação. Esses questionários foram construídos após intensas discussões e estudos, apresentando questões referentes aos cursos, à infraestrutura, à organização

institucional, aos docentes, aos discentes, aos serviços prestados pela Instituição e sua comunidade.

Estão sendo realizados estudos para a padronização dos questionários em todos os câmpus e para o desenvolvimento de um sistema informatizado que permita sua aplicação de forma “online” o que facilitará e permitirá à comunidade ampliar sua participação na avaliação além de agilizar todo o processo de consolidação da pesquisa.

Os resultados finais do processo de autoavaliação são divulgados à comunidade por meio do site da instituição e palestras/seminários promovidos semestralmente pela CPA/SPAs. Os dados específicos de cada curso de graduação são entregues para os respectivos Coordenadores de Cursos; um exemplar do Relatório Final de Autoavaliação é encaminhado para todos os Diretores Gerais e Reitoria. Assim, as diferentes instâncias institucionais, dos câmpus e da Reitoria, subsidiados pelos indicadores obtidos, podem interagir com a comunidade através de atividades que levem a uma reflexão conjunta sobre as fragilidades e potencialidades apresentadas, resultando em ações propositivas e políticas transformadoras para o aperfeiçoamento institucional.

Outros avanços também são obtidos a partir da participação da comunidade, por intervenção de representantes dos diferentes segmentos, garantida, regimentalmente, nos Conselhos dos câmpus, no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e no Conselho Superior do IF Sudeste MG. Complementarmente, ressalte-se também, o respeitável papel exercido por outros órgãos: Auditoria Interna, Comissões de Ética, Ouvidoria, etc., que, pelas suas ações complementam a avaliação e o aprimoramento das atuações institucionais.

Formas de utilização dos resultados das avaliações

Os processos avaliativos e de acompanhamento, propostos e em utilização, são analisados de forma criteriosa e permanente, de forma que se estabeleça um perfeito diagnóstico da instituição e permitam um balizamento dos rumos institucionais de médio e longo prazo.

Seus resultados, discutidos de forma participativa com a comunidade interna, estão assim, subsidiando a Administração Superior na formulação, aperfeiçoamento e redirecionamento de suas políticas institucionais, assim como nas ações acadêmicas e de gestão, de tal forma que consolidam a Missão e o Compromisso Social do IF Sudeste MG.

Missão e Visão

Promover educação básica, profissional e superior, pública, de caráter científico, técnico e tecnológico, inclusiva e de qualidade, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral e contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade regional.

Consolidar-se no horizonte de cinco anos, como referência em Educação profissional e tecnológica, formação docente, produção e compartilhamento de tecnologias e conhecimento focados na sustentabilidade.

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, constitui importante instrumento para o aprimoramento das Instituições de Ensino, pois as reflete de modo completo, abrangendo seu eixo ideológico, o planejamento para a práxis da sua filosofia, seu desenvolvimento e aperfeiçoamento, os recursos materiais e humanos requeridos nos diferentes níveis da organização e estrutura educacional, o atendimento ao discente e a todo cidadão que necessite dos serviços da Instituição. Permite, deste modo, perceber a Instituição integralmente, para que seu desenvolvimento, em todas as suas instâncias, seja planejado em função das demandas que emanam da sociedade, para que se cumpra a missão transformadora e libertadora da Educação. Nessa perspectiva, o Instituto deverá também observar as metas previstas na Lei 11.892, buscando a criação de cursos em diferentes níveis e modalidades, segundo os critérios de proporcionalidade estabelecidos. Deverão ser feitas discussões sobre essa proporcionalidade,

com base, entre outros parâmetros, na oferta e demanda nos diversos Câmpus.

A autoavaliação é um processo de análise integral da Instituição, que proporciona o autoconhecimento e o realinhamento ou reestruturação das ações institucionais para o aperfeiçoamento e expansão dos resultados acadêmicos. Deste modo, está relacionada à melhoria da qualidade da educação, à expansão da oferta, ao aumento da eficácia institucional, à efetividade acadêmica e social, reafirmando o compromisso e a responsabilidade social com a educação, com a valorização de sua missão pública, a promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, afirmando a autonomia e a identidade institucional.

Nesse processo são avaliados todos os aspectos abordados no Plano de Desenvolvimento Institucional: a missão, a política para o ensino, a pesquisa e a extensão, a responsabilidade social da instituição, a comunicação com a sociedade, as políticas de pessoal e suas condições de trabalho, organização e gestão da instituição, colegiados, participação dos segmentos da comunidade nos processos decisórios, infraestrutura física, especialmente a de ensino, pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação, planejamento e avaliação em relação aos processos e eficácia da autoavaliação.

Desse modo, para que o processo de avaliação seja eficaz em seu propósito de constituir instrumento de reestruturação do Planejamento Institucional, deve ter caráter autônomo e encontrar ressonância administrativa no provimento das ações necessárias, incorporando ao plano as novas demandas identificadas a partir da análise dos resultados, bem como garantir a contínua adequação dos instrumentos avaliativos, para que se aprimorem consonantemente à Instituição e a sociedade a qual assiste. É, pois, um processo dinâmico e retroalimentado, com objetivos abrangentes e interdependentes a todas as instâncias da formação profissional e àquelas imprescindíveis à formação humana integral.

Enfim, a avaliação e o acompanhamento institucional serão permanentes. Serão realizadas reuniões pedagógicas, administrativas e

estudantis nos diferentes órgãos colegiados para constante aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação e discussão dos resultados. Também a Comissão Própria de Avaliação – CPA, terá atuação importante nesse acompanhamento. Os relatórios e os resultados servirão de referência para a atualização do PDI e embasamento nos procedimentos de gestão administrativa e de ensino.

Responsabilidade Social do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

O desenvolvimento socioeconômico sustentável depende, diretamente, da velocidade e da continuidade do processo de expansão educacional. Observam-se dois importantes aspectos, como de um lado, a expansão educacional aumenta a produtividade do trabalho, contribuindo para o crescimento econômico, o aumento de salários e a diminuição da pobreza; de outro, a expansão educacional promove maior igualdade e mobilidade social. Assim, pode-se observar que o crescimento econômico bem como a redução da desigualdade e da pobreza depende, essencialmente, da expansão da educação.

O processo de desenvolvimento econômico brasileiro, nas últimas décadas, no entanto, reforça as consequências da heterogeneidade educacional no país. Além disso, o país apresenta um atraso, em termos de educação, de cerca de uma década em relação a um país com padrão de desenvolvimento similar ao nosso.

As disparidades econômicas e educacionais são ainda maiores dentro de determinadas regiões estatais. O estado de Minas Gerais, por exemplo, é considerado um dos mais importantes da federação, pois contribui significativamente para a formação da riqueza do país. Apesar disso, apresenta uma realidade bastante complexa, com enormes diferenças regionais em seu território e elevado número de municípios pequenos e pobres.

As mesorregiões da Zona da Mata e do Campo das Vertentes, em expansão corrente, necessitam de mais incentivos na área de educação para que possam manter sua estrutura empresarial e rural de forma

harmônica como vem fazendo. As regiões são consideradas tradicionais, estrategicamente localizadas e politicamente organizadas.

Os setores de transporte, agroindustrial e químico, no estado de Minas Gerais, foram os que mais investiram em mudanças no padrão tecnológico e modelos de gestão, assim como no perfil profissional dos trabalhadores, no que se refere à necessidade de maior conhecimento, dada a demanda por novas habilidades e competências.

No entanto, se, por um lado, a comunidade escolar tem buscado trabalhar novas competências e habilidades demandadas, por outro as indústrias apontam deficiências em relação às habilidades específicas, habilidades cognitivas básicas e no campo comportamental, demonstrando a necessidade de estreitamento do vínculo entre a escola e o mundo do trabalho.

Apesar de os equipamentos e tecnologia instalada não serem considerados gargalos para o desempenho operacional, a maioria das indústrias considera ser difícil o acesso às informações tecnológicas, principalmente no caso das empresas que foram implantadas mais recentemente. Na maioria dos casos, essas novas empresas buscam apoio junto às Instituições de Ensino e Pesquisa, consultores e, até mesmo, fornecedores de equipamentos para orientação tecnológica em processos e desenvolvimento de novos produtos.

No entanto, as reiteradas manifestações de insatisfação quanto à eficiência dessa forma de atuação sugerem a necessidade de se desenvolverem mecanismos mais eficientes para o atendimento às demandas tecnológicas do segmento.

A criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais surge como estratégia que, em sintonia com anseios da Zona da Mata e Campo das Vertentes, vai ampliar a oferta do ensino público de qualidade, respondendo com agilidade às demandas apresentadas pelos sujeitos, pela sociedade e pelo mundo do trabalho. Mas a mudança institucional deverá pautar-se em bases realistas. Na mudança interna, pela busca de um novo padrão de eficiência, pela oferta de um novo

padrão de relacionamentos e por nova abordagem do ambiente externo, em que, por meio de novos Cursos, novo programa de Extensão e novo programa de Pesquisas, o Instituto venha, efetivamente, colocar-se em consonância com os novos tempos e em condições de fecundas parcerias com suas congêneres e com o meio empresarial local, regional e nacional.

Referimo-nos à educação como forma de expansão econômica e social porque entendemos que, por meio da educação, podem-se criar cidadãos dignos, futuros administradores públicos, futuros representantes do povo e, também, profissionais capacitados para ingressarem no competitivo mercado de trabalho.

3.2 – Avaliação Institucional de 2017 quanto Planejamento e Avaliação Institucional e Desenvolvimento Institucional

Em relação ao Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional, atende-se à dimensão: Planejamento e Avaliação.

Em relação ao Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional, atende-se às dimensões: 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; 3 – Responsabilidade Social da Instituição.

As tabelas abaixo apresentam resultados quantitativos obtidos a partir da pesquisa de servidores e discentes nos seguintes aspectos: consulta ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, prática do PDI, consulta do Regimento Interno do Campus, avaliação do impacto das atividades oferecidas pelo Instituto para a melhoria da sociedade, avaliação da responsabilidade e compromisso da Instituição com a formação acadêmica e cidadã dos alunos, avaliação da integração entre o Instituto e a comunidade, avaliação da responsabilidade social do Instituto para com os servidores e contratados, consulta ao código de disciplina do Campus e avaliação do processo de autoavaliação institucional.

Análise dos Dados

De forma geral, houve uma participação regular de cada segmento para responder o questionário, com exceção do grupo dos docentes do curso de Bacharelado em Administração (78,9%).

Dados gerais - 2017				
		Total	Participante	%
Discente	Bacharelado em Administração	160	51	31,9
	Tecnólogo em Design de Moda	70	19	27,1
Técnico Administrativo		56	24	42,9
Docente	Bacharelado em Administração	14	11	78,6
	Tecnólogo em Design de Moda	8	3	37,5

Em relação às questões apresentadas, os seguintes resultados foram obtidos:

- Para essa questão, grande parte dos docentes e técnicos administrativos responderam consultar “às vezes” o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), em contraste com os discentes, onde a maioria responderam “nunca” realizar tal consulta.

Consulta o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):						
Participantes		Nunca	Às vezes	Quase sempre	Sempre	Não se aplica
Discente	Bacharelado em Administração	56,9	31,4	5,9	3,9	2,0
	Tecnólogo em Design de Moda	52,6	31,6	10,5	0,0	5,3
Técnico Administrativo		16,7	62,5	4,2	12,5	4,2
Docente	Bacharelado em Administração	9,1	63,6	9,1	18,2	0,0
	Tecnólogo em	0,0	66,7	33,3	0,0	0,0

	Design de Moda					
--	----------------	--	--	--	--	--

- Quanto à prática do PDI, as respostas oscilam entre “às vezes” e “quase sempre”, dentro de todos os grupos.

Considero que o PDI é praticado?						
Participantes		Nunca	Às vezes	Quase sempre	Sempre	Não se aplica
Discente	Bacharelado em Administração	13,7	19,6	25,5	21,6	19,6
	Tecnólogo em Design de Moda	21,1	26,3	21,1	21,1	10,5
Técnico Administrativo		0,0	41,7	45,8	4,2	8,3
Docente	Bacharelado em Administração	0,0	45,5	18,2	27,3	9,1
	Tecnólogo em Design de Moda	0,0	33,3	66,7	0,0	0,0

- Em relação à consulta do Regimento Interno do Campus, os grupos Técnico Administrativos e Docentes afirmam consultar “às vezes” ou “quase sempre”. Diferentemente, a maioria do grupo Discentes responderam consultar “às vezes” ou “nunca” o Regimento Interno do Campus.

Consulta o Regimento Interno do Campus?						
Participantes		Nunca	Às vezes	Quase sempre	Sempre	Não se aplica
Discente	Bacharelado em Administração	31,4	52,9	7,8	7,8	0,0
	Tecnólogo em Design de Moda	42,1	36,8	15,8	5,3	0,0
Técnico Administrativo		4,2	70,8	16,7	8,3	0,0
Docente	Bacharelado em Administração	9,1	27,3	45,5	18,2	0,0
	Tecnólogo em Design de Moda	0,0	33,3	33,3	33,3	0,0

- Sobre o impacto das atividades oferecidas pelo Instituto na melhoria da sociedade, a maioria dos participantes em todos os grupos consideraram “bom” ou “muito bom”.

Como você avalia o impacto das atividades oferecidas pelo Instituto na melhoria da sociedade?							
Participantes		Péssimo	Fraco	Regular	Bom	Muito bom	Não se aplica
Discente	Bacharelado em Administração	2,0	13,7	17,6	19,6	47,1	0,0
	Tecnólogo em Design de Moda	0,0	15,8	31,6	26,3	26,3	0,0
Técnico Administrativo		0,0	4,2	20,8	25,0	50,0	0,0
Docente	Bacharelado em Administração	0,0	0,0	18,2	45,5	36,4	0,0
	Tecnólogo em Design de Moda	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0

- No quesito responsabilidade e o compromisso da Instituição com a formação acadêmica e cidadã dos alunos, é notável que a maioria dos participantes em todos os grupos consideraram “muito bom”.

Como você avalia a responsabilidade e o compromisso da Instituição com a formação acadêmica e cidadã dos seus alunos?							
Participantes		Péssimo	Fraco	Regular	Bom	Muito bom	Não se aplica
Discente	Bacharelado em Administração	2,0	3,9	13,7	21,6	58,8	0,0
	Tecnólogo em Design de Moda	5,3	0,0	21,1	36,8	36,8	0,0
Técnico Administrativo		0,0	4,2	4,2	29,2	62,5	0,0
Docente	Bacharelado em Administração	0,0	0,0	9,1	27,3	63,6	0,0
	Tecnólogo em Design de Moda	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0

- Analisando sobre a integração entre o Instituto e a comunidade, grande parte

dos participantes em todos os grupos responderam “bom”.

Como você avalia a integração entre o Instituto e a comunidade?							
Participantes		Péssimo	Fraco	Regular	Bom	Muito bom	Não se aplica
Discente	Bacharelado em Administração	2,0	11,8	33,3	43,1	9,8	0,0
	Tecnólogo em Design de Moda	0,0	26,3	15,8	42,1	15,8	0,0
Técnico Administrativo		0,0	12,5	25,0	33,3	29,2	0,0
Docente	Bacharelado em Administração	0,0	9,1	18,2	54,5	18,2	0,0
	Tecnólogo em Design de Moda	0,0	0,0	0,0	66,7	33,3	0,0

- Quando questionados sobre a responsabilidade social do Instituto para com os servidores e contratados, novamente há um consenso entre os participantes de todos os grupos, que responderam “bom” e “muito bom”.

Como você avalia a responsabilidade social do Instituto para com os servidores e contratados?							
Participantes		Péssimo	Fraco	Regular	Bom	Muito bom	Não se aplica
Discente	Bacharelado em Administração	2,0	2,0	13,7	43,1	31,4	7,8
	Tecnólogo em Design de Moda	0,0	5,3	21,1	47,4	26,3	0,0
Técnico Administrativo		0,0	4,2	20,8	37,5	37,5	0,0
Docente	Bacharelado em Administração	0,0	0,0	18,2	54,5	18,2	9,1
	Tecnólogo em Design de Moda	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0

- Em relação sobre consultas ao código de disciplina do Campus, a maioria dos participantes de todos os grupos responderam “às vezes” ou “nunca”.

Consulta o código de disciplina do Campus?					
Participantes	Nunca	Às vezes	Quase	Sempre	Não se

				sempre		aplica
Discente	Bacharelado em Administração	43,1	39,2	9,8	7,8	0,0
	Tecnólogo em Design de Moda	47,4	36,8	15,8	0,0	0,0
Técnico Administrativo		33,3	50,0	8,3	0,0	8,3
Docente	Bacharelado em Administração	9,1	54,5	9,1	18,2	9,1
	Tecnólogo em Design de Moda	0,0	33,3	33,3	33,3	0,0

- Sobre o processo de autoavaliação institucional, nota-se uma predominância nas respostas “regular”, “bom” e “muito bom”, variando entre cada grupo.

Como você considera o processo de autoavaliação institucional?							
Participantes		Péssimo	Fraco	Regular	Bom	Muito bom	Não se aplica
Discente	Bacharelado em Administração	7,8	5,9	21,6	41,2	17,6	5,9
	Tecnólogo em Design de Moda	0,0	10,5	42,1	36,8	5,3	5,3
Técnico Administrativo		0,0	4,2	25,0	58,3	12,5	0,0
Docente	Bacharelado em Administração	0,0	0,0	36,4	45,5	18,2	0,0
	Tecnólogo em Design de Moda	0,0	0,0	33,3	0,0	66,7	0,0

- Questionados sobre a influência desta avaliação dentro da tomada de decisões, a maioria dos participantes de todos os grupos responderam “sim”. Entretanto, grande foi o número de participantes que responderam “talvez”.

Você considera que os resultados desta avaliação irão influenciar as tomadas de decisões?				
Participantes		Sim	Não	Talvez
Discente	Bacharelado em Administração	52,9	3,9	43,1
	Tecnólogo em Design de Moda	42,1	21,1	36,8
Técnico Administrativo		62,5	8,3	29,2

Docente	Bacharelado em Administração	81,8	9,1	9,1
	Tecnólogo em Design de Moda	33,3	33,3	33,3

- Quando questionados sobre o questionário utilizado como procedimento de autoavaliação, as respostas se concentram em “bom”, variando entre “regular” e “muito bom” de acordo com cada grupo.

Este questionário, como procedimento de autoavaliação, é:							
Participantes		Péssimo	Fraco	Regular	Bom	Muito bom	Não se aplica
Discente	Bacharelado em Administração	5,9	9,8	13,7	52,9	17,6	0,0
	Tecnólogo em Design de Moda	0,0	10,5	26,3	42,1	21,1	0,0
Técnico Administrativo		0,0	4,2	20,8	54,2	20,8	0,0
Docente	Bacharelado em Administração	0,0	0,0	27,3	54,5	18,2	0,0
	Tecnólogo em Design de Moda	0,0	0,0	33,3	33,3	33,3	0,0

- Ainda avaliando sobre as condições do questionário aplicado, fica visível que maioria dos participantes de todos os grupos responderam “bom”, com exceção do grupo dos docentes em Tecnólogo em Design de Moda (66,7% responderam “muito bom”).

Como você analisa as condições para o preenchimento deste questionário?							
Participantes		Péssimo	Fraco	Regular	Bom	Muito bom	Não se aplica
Discente	Bacharelado em Administração	3,9	3,9	7,8	49,0	33,3	2,0
	Tecnólogo em Design de Moda	0,0	15,8	15,8	57,9	5,3	5,3
Técnico Administrativo		0,0	0,0	0,0	58,3	41,7	0,0
Docente	Bacharelado em Administração	0,0	0,0	18,2	54,5	27,3	0,0
	Tecnólogo em	0,0	0,0	0,0	33,3	66,7	0,0

	Design de Moda						
--	----------------	--	--	--	--	--	--

- Uma última pergunta sobre o questionário, com foco nas expectativas atendidas quanto às perguntas presentes no questionário, houve uma variação considerável nas respostas, onde os grupos discentes em Tecnólogo em Design de Moda, técnicos administrativos e docentes em Tecnólogo em Design de Moda responderam “sim” (42,1, 66,7 e 66,7 , respectivamente). Para o grupo discente em Bacharelado em Administração, a maioria respondeu “não” (41,2%), enquanto docentes em Bacharelado em Administração responderam “indiferentes” (45,5%).

Você considera que as perguntas deste questionário atenderam às suas expectativas?				
Participantes		Sim	Não	Indiferente
Discente	Bacharelado em Administração	39,2	41,2	19,6
	Tecnólogo em Design de Moda	42,1	31,6	26,3
Técnico Administrativo		66,7	16,7	16,7
Docente	Bacharelado em Administração	36,4	18,2	45,5
	Tecnólogo em Design de Moda	66,7	33,3	0,0

4 – ENCAMINHAMENTOS

O presente relatório permite que se tenha uma ideia de potencialidades e limitações que merecem a atenção da comunidade acadêmica em relação ao Planejamento e Avaliação Institucional e Desenvolvimento Institucional, segundo os Eixos 1 e 2 do SINAES. Questões levantadas durante a avaliação devem ainda ser analisadas e encaminhadas para o conhecimento do público interessado, especialmente gestores que têm responsabilidades sobre as demandas que surgirem.

Com a entrega deste relatório, que não encerra as atividades da SPA sobre as devidas avaliações, a Instituição poderá encontrar subsídios que

permitam a orientação quanto à tomada de decisões que visem cumprir as metas do PDI.

No entanto, nossa análise em primeira instância é bastante positiva para os segmentos consultados (técnicos administrativos, docentes e discentes), havendo é claro, necessidade de melhorias em relação aos disseminação de informação do campus quanto a procedimentos administrativos, sobre o plano de desenvolvimento institucional (PDI), regulamentos internos e principalmente sobre a responsabilidade social do instituto em relação à sociedade.

De acordo com a avaliação realizada, os resultados obtidos foram bem satisfatórios em relação à consulta e conhecimento do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e sobre a responsabilidade social do IF Sudeste de MG - Campus Muriaé.

Sendo assim, e de acordo, com as avaliações do MEC para reconhecimento de curso, tanto do curso Bacharelado em Administração e Tecnólogo em Design de Moda, ambos com conceito final 4, tendo sido a avaliação do curso de Administração em 2015, Protocolo: 201216551, Código MEC: 757332 e Código da Avaliação: 100066 e do curso de Design de Moda em 2012, Protocolo: 201202363, Código MEC: 653069 e Código da Avaliação: 96474, o campus Muriaé está cumprindo satisfatoriamente as metas e objetivos do PDI, aliando suas ações às missões e finalidades da Instituição, tanto nas Políticas Acadêmicas e Políticas de Gestão quanto na responsabilidade social do instituto em relação à sociedade.